



Para debatedores, país deve se aproximar mais de emergentes

O Brasil deve ampliar seu conhecimento sobre China, Índia e África do Sul, segundo os participantes de

audiência pública sobre a política externa desses países, promovida pela Comissão de Relações Exteriores. **4**



Senador Fernando Collor (C) coordena debate que reuniu Ubiratan Araújo (Fundação Pedro Calmon), Severino Cabral (Ibecap), Oliver Stuenkel (FGV) e Ricardo Sennes (USP)

Marcio Maritz/Senado Federal

Reforma pode reduzir em 48% número de cargos comissionados

Proposta de reforma administrativa do Senado, a ser apresentada hoje pelo relator, também reduz indicações por livre provimento

O senador Ricardo Ferraço apresenta hoje à subcomissão que estuda a reforma administrativa do Senado proposta que corta quase à metade as funções comissionadas – de

2.116 para 1.100. Nos cargos de livre provimento, o corte sugerido é de cerca de 18%. O texto também altera a forma de escolha do diretor-geral e cria a figura do *ombudsman*. **2**

especial Cidadania

Maior engajamento para combater o avanço do crack

Com a atuação de uma subcomissão temporária da CAS, o Senado participa de forma mais efetiva do esforço para combater o avanço de drogas

como o crack. A falta de dados oficiais sobre o número de vítimas preocupa e a solução para o problema pode estar nas comunidades terapêuticas. **8**



Paulo Paim, entre Otomar Teske e Maurício Ferreira Silva, dirige audiência na Comissão de Direitos Humanos

J. Freitas/Senado Federal

Sociedade quer participar da reforma política

Movimentos sociais e entidades sindicais ainda não se definiram sobre as 11 propostas da Comissão de Reforma Política, mas desejam participar do

processo de mudanças. Representantes desses movimentos participaram ontem de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **5**

Plenário deve votar amanhã novo rito para medida provisória **3**

Comissão começa a analisar hoje a lei de diretrizes orçamentárias **3**



Marcelo Crivella, que propôs a homenagem: inovações editoriais e coragem para resistir aos poderosos marcaram história do jornal

Marcio Kalume/Senado Federal

Resistência do JB é exaltada em discursos

O *Jornal do Brasil*, fundado há 120 anos, teve sua trajetória marcada pelo combate ao autoritarismo, disseram senadores. **7**

Conforme relatório que Ricardo Ferraço entregará hoje à subcomissão, indicado para diretor-geral deve ter o nome submetido ao Plenário, depois de sabatinado pela CCJ

Reforma deve cortar 48% das funções comissionadas

O RELATÓRIO DO senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre o projeto de resolução (PRS 96/09) que promove a reforma administrativa do Senado vai sugerir um corte de 48% no número de funções comissionadas da instituição – das atuais 2.116 para 1.100. A apresentação do relatório está prevista para hoje, às 18h30.

Nos cargos de livre provimento, o corte a ser proposto é de cerca de 18%. O número cairia dos atuais 2.865 cargos para pouco mais de 2.300. De acordo com a assessoria do senador, o percentual não se aplica aos gabinetes, em que a redução deve ser maior.

Atualmente, cada senador tem direito a 12 cargos, que podem se desdobrar em até 79, de menor remuneração.

Pela nova proposta, o número máximo seria 25. Para Ferraço, a redução dos desdobramentos é uma forma de valorizar o servidor.

– Eu acho que valoriza muito o servidor porque você qualifica o exercício e o papel que o servidor vai oferecer ao mandato – afirmou.

O número de servidores efetivos nos gabinetes também cairia dos atuais cinco para apenas dois. Caso o parlamentar escolha um chefe de gabinete pertencente aos quadros da Casa, o número poderá chegar a três servidores.

Outro ponto de mudança é



Relatório de Ferraço reduz em 18% o número de cargos de livre provimento

a forma de escolha do diretor-geral. A proposta é que o nome seja indicado pela Comissão Diretora e não mais pelo presidente do Senado. O indicado teria de passar por sabatina.

– Estou propondo que o nome seja sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça e depois aprovado pelo Plenário da Casa. A direção da Casa é algo muito importante e isso tem que ser compartilhado pelo conjunto dos senadores – explicou o relator.

A proposição sugere ainda que a permanência máxima seja de quatro anos no cargo, com a obrigatoriedade de apresentação anual de um relatório das atividades da Casa.

Ombudsman

Setores considerados por Ricardo Ferraço como áreas meio – Polícia Legislativa, Comunicação

Social e Prodasen, entre outros – terão de apresentar relatórios dentro de 180 dias, com um diagnóstico das atividades.

Também é sugerida a criação do cargo de *ombudsman* para a Comunicação, que teria de ser ocupado por um servidor da Casa.

– O *ombudsman* é uma forma de fazer uma avaliação crítica das coisas que são feitas. Eu acho que isso democratiza e moderniza o Senado.

O relatório foi elaborado com base nos estudos da Fundação Getúlio Vargas, encomendados em 2009; no texto inicial do projeto, de dezembro de 2009; e no relatório do então senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentado em 2010. Também foram levadas em conta as informações obtidas em seis audiências públicas realizadas em 2011 pela subcomissão.

Nota sobre matéria da revista IstoÉ

A Secretaria Especial de Comunicação Social divulgou nota com esclarecimentos a respeito de matéria publicada na edição desta semana (número 2.166) da revista *IstoÉ*, com o título “Eles querem mudar o Senado”. A matéria se refere à reforma administrativa em discussão na Casa, objeto do Projeto de Resolução (PRS) 96/09, que poderá ser votado hoje na Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa. Leia a íntegra da nota:

“Equivoca-se a revista *IstoÉ* ao afirmar, na matéria sob o título ‘Eles querem mudar o Senado’, publicada na edição 2.166, que nos últimos dois anos a Casa pouco ou quase nada fez “para eliminar o histórico desperdício de dinheiro público, excesso de servidores, mordomias e privilégios”.

Os fatos negam a ilação da revista. No período, inúmeras ações administrativas foram adotadas e colocadas em prática, na perspectiva da modernização e transparência: aprovação do plano de carreira e diminuição de aproximadamente 2 mil funções comissionadas; o valor mensal pago das horas extras caiu de forma significativa; novos modelos de gestão foram adotados; o setor de licitação e compras também sofreu profundas modificações, inclusive com a adoção do pregão eletrônico; o ponto biométrico já é uma realidade; foi criado o Portal da Transparência e estudos sobre lotação mostrarão o tamanho ideal da Casa.

Em relação ao Prodasen e Gráfica, qualquer alusão a “ilhas administrativas com total autonomia” deixou de ter sentido. Atos da Comissão Diretora, aprovados no ano passado, unificaram a gestão de pessoal e também as gestões de compras, contratos, material e patrimônio, orçamentária, financeira e contábil do Senado.

Quanto ao número de funcionários com cargo em comissão nos gabinetes dos senadores, a revista leva o leitor a imaginar que chega a 6,5 mil, quando na realidade situa-se em torno de 2,3 mil. Nenhum gabinete parlamentar multiplicou até hoje o quantitativo de cargos ao limite, conforme permitiria ato em vigor.

Merece ainda reparo na reportagem a afirmação de que “a linha editorial”, supostamente dos veículos de comunicação do Senado, “fica ao sabor do presidente”. Talvez a revista não saiba, mas o jornalismo praticado pelos veículos obedece a normas regimentais claras e segue manual de redação, que preconiza todos os preceitos do jornalismo moderno. Não à toa, o material jornalístico produzido pelos veículos é largamente utilizado pelas mídias privadas – impressas e eletrônicas.”

Assessoria de Imprensa da
Secretaria Especial de Comunicação Social

Gastos

A Assessoria de Imprensa da Secretaria de Comunicação Social do Senado divulgou ontem nota sobre a devolução ao Tesouro Nacional de recursos utilizados para custear um jantar na residência oficial do presidente do Senado. O evento foi realizado em homenagem ao ministro César Asfor Rocha, ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O assunto foi noticiado pelo *site* Contas Abertas. Leia a íntegra da nota:

“Comunicamos que o presidente José Sarney resolveu ressarcir às expensas pessoais os gastos com o jantar oferecido ao ministro César Asfor Rocha, no dia 28 de abril, na residência oficial do Senado. O procedimento se dará por meio de Guia de Recolhimento da União.

A decisão já tinha sido tomada pelo presidente desde a semana passada quando soube dos valores cobrados, embora não exista nenhuma ilegalidade na contratação dos serviços. O evento reuniu, além de senadores, mais de 30 ministros.”

Assessoria de Imprensa da
Secretaria Especial de Comunicação Social

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MPs trancam pauta

14h A pauta está trancada por duas medidas provisórias (515/10 e 518/10), que tratam, respectivamente, da concessão de crédito extraordinário de R\$ 26,6 bilhões a ministérios e órgãos do Executivo e da criação do Cadastro Positivo para diminuir o custo do crédito no país.

Presidência Visita de secretários de Fazenda

13h O presidente do Senado, José Sarney, participa de almoço no Palácio do Itamaraty em homenagem ao primeiro-ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária. Sarney recebe, às 18h30, os secretários de Fazenda do Maranhão, Cláudio José Trinchão Santos; da Bahia, Carlos Martins Marques de Santana; do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho; da Paraíba, Rubens Aquino Lins; e do Rio Grande do Sul, Odir Alberto Pinheiro Tonollier.

CAE/CRE/CCJ Fuso horário do Acre

9h As comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania realizam reunião conjunta para discutir o restabelecimento do fuso horário do Acre.

Nordeste Investimento do BNDES na região

9h30 O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, apresenta o plano de investimento da instituição para a região nordestina em audiência pública da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste. Às 17h, reunião técnica com os secretários de Fazenda e Planejamento de todos os estados da área de abrangência da Sudene sobre os entraves ao desenvolvimento do Nordeste.

CAE Merenda escolar

10h Entre outros itens, a Comissão de Assuntos Econômicos vota projeto que prevê a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e de ensino fundamental, público e privado.

CE Livros didáticos e Ancine

10h O presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros, Jorge Yunes, falará à Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre críticas e elogios aos livros didáticos aprovados pelo MEC. Às 11h, a comissão examina indicação de Vera Zaverucha para diretora da Agência Nacional de Cinema

Drogas Experiências internacionais

10h30 A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e outros debate experiências de organismos internacionais, tema que faz parte do quarto painel de ciclo de debates. Entre os convidados, a embaixadora da Suécia, Anikka Markovic; o representante das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para o Brasil e Cone Sul, Bo Mathiasen; e o diretor do Centro de Pesquisa para Comunidades Terapêuticas, dos EUA, George de Leon.

CMA Licitações e contratos sustentáveis

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa, entre outros itens, projeto que inclui exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Vota ainda requerimentos, entre eles o que solicita debate sobre a dinâmica dos preços de combustíveis. Após a reunião, a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável se reúne para aprovar o seu plano de trabalho.

Copa Andamento das obras

14h30 Audiência pública da Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da CMA, sobre infraestrutura e andamento das obras. Foram convidados Demétrio Paulo Torres, da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Rio Grande do Norte; e Rodrigo Martins Cintra, da Secretaria de Esportes, Lazer e Copa do Mundo, da prefeitura de Natal.

CMO Exame do relatório da LDO 2012

14h30 Reunião do colegiado de representantes das lideranças partidárias, na sala da presidência da CMO, para exame do relatório preliminar com emendas apresentado ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2012).

Reforma Mudanças no Regimento

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa se reúne para analisar projeto que altera o Regulamento Administrativo do Senado.

Livro Lançamento na Biblioteca

18h30 Lançamento do livro *O príncipe revisitado: Maquiavel e o mundo atual*, de Aderbal Müller e Luis Antonik, na Biblioteca do Senado. A iniciativa é da Presidência do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Relatório da LDO começa a ser analisado hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) começa hoje, às 14h30, o exame do parecer preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012. Ao texto foram apresentadas 48 emendas, sendo que apenas oito foram acatadas parcialmente pelo relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG). Entre elas, a que devolve aos parlamentares a atribuição de excluir despesas discricionárias (que não são obrigatórias) de contingenciamento.

A proposta do Orçamento da União para 2012, encaminhada em abril pelo Executivo ao Congresso Nacional, exclui o Anexo de Metas e Prioridades (Anexo IV), que contempla a relação de despesas que não serão objeto de limitação de empenho na execução orçamentária.

Tradicionalmente, o anexo divide-se em duas seções. A primeira engloba despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União. A segunda seção, que reúne as despesas ressalvadas de contingenciamento por serem consideradas relevantes, foi excluída da programação pelo governo.

O Executivo justificou a retirada sob a alegação de que o aumento de programações ressalvadas faz com que outras áreas sofram maiores limitações orçamentárias.

Presidente do BNDES e ministro vêm ao Senado

A agenda do Senado para esta semana inclui audiências com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e com o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Além disso, duas MPs trancam a pauta do Plenário e devem ser votadas até o dia 1º de junho, prazo em que perderão a validade (veja manchete desta página).

Luciano Coutinho deve apresentar aos senadores da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, ligada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o plano de investimento do banco para a região. A audiência pública está marcada para hoje, às 9h30.

Já o ministro Garibaldi Alves Filho fala à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), amanhã, a partir das 9h, sobre o futuro do sistema previdenciário brasileiro e as diretrizes e os programas de sua pasta para os próximos dois anos.

Os parlamentares devem questionar o ministro sobre os tópicos debatidos pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, como a permanência ou o fim do fator previdenciário, propostas de mudanças na idade mínima para aposentadoria, fontes de recursos da Previdência Social, política salarial para aposentados e pensionistas e a reforma do setor, entre outros.

Líder do governo diz que já há entendimento com os partidos para que as duas medidas provisórias que trancam a pauta do Senado sejam apreciadas rapidamente

Plenário deve votar amanhã a PEC das MPs, prevê Jucá

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que a proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera a tramitação das medidas provisórias (MPs) já deverá ser votada amanhã pelo Plenário. Ele previu ontem que a votação das matérias que trancam a pauta – duas medidas provisórias – ocorrerá hoje ou mesmo amanhã, de forma que os senadores possam deliberar sobre o assunto.

Jucá adiantou ainda que a votação da PEC das MPs (veja texto abaixo) poderá ocorrer de forma acelerada, ou seja, com a dispensa dos intervalos de tempo obrigatório entre os dois turnos e entre as votações em cada turno. Nesse caso, todas as oito sessões de discussão e as duas votações poderão ser realizadas no mesmo dia para concluir rapidamente o exame da proposição, que, se aprovada, será enviada à Câmara.

As PECs são discutidas e votadas em dois turnos, em cada Casa do Congresso, e são aprovadas se obtiverem, na Câmara e no Senado, três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49).

Pauta trancada

A votação da PEC 11/11 depende da desobstrução da pauta, atualmente trancada por duas MPs (515/10 e 518/10), que tratam, respectivamente, da concessão de crédito extraordinário de R\$ 26,6 bilhões a ministérios e órgãos do Executivo e da criação do cadastro de bons pagadores para diminuir o custo do crédito.

Pelo artigo 62, parágrafo 6º, da Constituição, as MPs e os projetos de lei de conversão (PLVs) – que são MPs modificadas no Congresso – têm prioridade de votação sobre as demais matérias, que ficam na fila. Além

dessas matérias, os projetos de lei de iniciativa da Presidência da República com solicitação de urgência para votação no Congresso também trancam a pauta dos trabalhos legislativos enquanto não forem votados, conforme prevê o artigo 64, parágrafo 2º da Constituição.

Os senadores, no entanto, fizeram, há um ano, acordo político para aprovar matérias que consideravam urgentes, mesmo com a pauta trancada. Isso aconteceu quando da aprovação, no dia 19 de maio de 2010, depois de acordo entre os líderes dos partidos, do projeto que instituiu a Lei Complementar 135/10, conhecida como Ficha Limpa.

Naquela ocasião, a pauta estava trancada por MPs e também por quatro projetos de lei do Executivo que tratavam do petróleo da camada pré-sal e estavam com pedido para tramitação de urgência.



Mário Couto vê comércio e fraudes

Mário Couto quer abrir CPI do Manejo Florestal

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou ontem que vai recolher assinaturas para criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar irregularidades em planos de manejo florestal no Brasil, principalmente no Pará. De acordo com o senador, políticos estão envolvidos no comércio de planos de manejo florestal falsos e também em fraudes em planos de manejo.

– Tem um deputado federal chamado [Cláudio] Puty. Ele se elegeu à custa da floresta, à custa de vender planos de manejo, à custa de negociar com a derrubada da floresta, à custa de negociar com madeireiros – declarou Mário Couto.

Paim destaca revisão de benefícios do INSS

O senador Paulo Paim (PT-RS) ressaltou ontem a importância da decisão do juiz Marcus Correia, da Justiça Federal de São Paulo, que concedeu liminar determinando ao INSS o pagamento, em no máximo 90 dias, da revisão dos benefícios concedidos entre 1998 e 2003. A revisão é devida porque, em dezembro de 1998 e em janeiro de 2004, o governo elevou o teto previdenciário a valor acima do que era pago, majorando os valores. Segundo Paim, o Ministério da Previdência Social e a Advocacia-Geral da União já se pronunciaram favoravelmente ao pagamento.



Em reunião da CCJ, Jorge Viana, José Pimentel, Demóstenes Torres (de pé) e Aécio Neves discutem aspectos da matéria

Proposta impede inclusão de assuntos diferentes

Uma das principais novidades da PEC 11/11, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), é proibir a inclusão de assuntos diferentes tanto na MP quanto no projeto de lei de conversão (PLV) – quando uma MP é reformulada no Congresso. De acordo com a proposta, as medidas provisórias não poderão conter temas sem afinidade, pertinência ou conexão com seu assunto principal.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na forma do substitutivo de Aécio Neves (PSDB-MG). Pelo texto do senador mineiro, as MPs perderão a eficácia desde o início de sua edição, caso não sejam admitidas pela comissão mista criada para analisá-las ou se não forem aprovadas pelo Congresso no prazo de 50 dias na Câmara – contados a partir de sua admissibilidade – e 45 dias no Senado – contados a partir da aprovação pela Câmara. A outra situação em que as MPs perderão a eficácia é no caso de a Câmara não votar, no prazo de 15 dias, as emendas feitas

pelo Senado, a contar de sua aprovação pela Casa.

Caso ocorra uma dessas situações, o Congresso deverá disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes das MPs. O substitutivo estabelece que esses prazos são suspensos durante os períodos de recesso do Congresso.

A proposta original de Sarney retirava, mas o texto final aprovado pela CCJ manteve a formação de comissão mista para examinar, preliminarmente, a admissibilidade das MPs, com a especificação de que deverá ser composta por 12 deputados e 12 senadores.

Atualmente, a comissão existe, mas não é permanente, nem há fixação do número de deputados e senadores nem prazo específico para deliberar sobre a matéria. Pela atual Constituição, esse colegiado deve emitir parecer sobre a MP antes de ela ser apreciada, em sessão separada, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

De acordo com o substitutivo, essa comissão terá prazo de dez

dias, contados da publicação da MP, para se manifestar. Caso isso não ocorra, tal responsabilidade será transferida para o Plenário de cada Casa, no momento da apreciação da MP. Se a medida provisória não for admitida pela comissão, será transformada em projeto de lei que tramitará em regime de urgência, iniciando pela Câmara.

Urgência

Caso as MPs não sejam admitidas ou aprovadas pelo Congresso no prazo de 50 dias na Câmara – contados a partir de sua admissibilidade – e 45 no Senado – contados a partir da aprovação pelos deputados, ela entrará em regime de urgência e trancará a pauta do Plenário.

O texto final da proposta revoga o parágrafo 7º do artigo 62 da Constituição, que permite a prorrogação do período de vigência da MP, mas estabelece que seu prazo de vigência passa a ser de 120 dias. Hoje, as MPs valem por 60 dias prorrogáveis por mais 60.

Geovani responde a denúncia da revista Época

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) rechaçou “veementemente” reportagem da revista *Época* segundo a qual recursos públicos encaminhados à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) teriam sido repassados pelo senador licenciado Gilvam Borges (PMDB-AP) às campanhas para prefeito de seus irmãos Geovani e Geodilson, nos municípios de Santana e Mazagão, ambos no Amapá.

Geovani disse tratar-se de “matéria sórdida eivada de mentiras e concebida adrede a fim de transformar o honesto em bandido e o bandido em herói”, “uma combinação anômica de sofismas e má-fé para validar a mentira”.



Geovani: “Matéria sórdida”

Professores de renomadas instituições brasileiras de ensino e pesquisa participaram, na noite de ontem, de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a política externa desses três países

Brasil deve conhecer mais sobre China, Índia e África do Sul, dizem especialistas

O BRASIL DEVE investir na ampliação de seu conhecimento sobre a China, a Índia e a África do Sul, segundo recomendaram ontem os participantes de audiência pública sobre a política externa desses três países, promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), dentro do ciclo de debates intitulado Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012).

O professor Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sugeriu que o Brasil promova uma "reorientação estratégica fundamental" para se aproximar dos demais países emergentes e, especialmente, da China, que já se transformou em seu principal parceiro comercial. Ele lamentou que se estude pouco a China no Brasil, enquanto nos Estados Unidos há 120 núcleos de estudos a respeito daquele país.

– Existem mais diplomatas brasileiros em Roma do que em Pequim. É mais fácil morar em Roma do que em Pequim ou em Nova Déli. Nossos alunos precisam ir à China e à Índia, mas não existem bolsas. Um centro de estudos da China acaba de contratar 20 pesquisadores apenas para entender o Brasil. A China é como a menina bonita com

quem todos querem dançar, mas o Brasil chegou tarde à festa – afirmou.

Da mesma forma, o professor Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon, pediu maior aproximação do Brasil com a África. Ele defendeu recentes iniciativas da política externa brasileira em relação ao continente, como o perdão de dívidas de países africanos e a cooperação em áreas como a agricultura e a produção de remédios. Mas ressaltou a necessidade de maior aproximação entre as sociedades do Brasil e do continente africano.

– A presença brasileira na África ainda é muito limitada. O Brasil está formando uma elite negra e precisamos ter mais contato povo a povo, mas não temos bolsas ou estímulo para levar os jovens brasileiros a esse contato – lamentou.

Entre as grandes tendências atuais do mundo, apontou o professor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China e Ásia-Pacífico (Ibecap), está o surgimento do que chamou de

"gigantes emergentes", como Brasil e China. Para ele, a estrutura mundial de poder tende a se transformar, com o surgimento de um sistema multipolar.

– Temos que tirar lições do mundo atual. Nessa terceira onda global, não haverá como deixar de projetar os interesses vitais desses países. A China é um grande país do centro da Eurásia, nós somos um grande país meridional do Ocidente. O Brasil e a China têm um grande papel a desempenhar nessa nova ordem multipolar que se aproxima.

Ao mostrar uma foto dos líderes dos Brics durante a última reunião de cúpula, realizada na cidade chinesa de Sanya, em 14 de abril, o professor Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo, destacou aspectos positivos do grupo, como a "rara diversidade étnica". Recordou, porém, que a ascensão desses países ainda esbarra em um quadro global de "claros diferenciais de poder".

– No poder militar, a capacidade de influenciar em escala global ainda é bastante concentrada. O mesmo ocorre em relação à capacidade de inovação – lembrou.

Centro de estudos da China contratou 20 pesquisadores para entender o Brasil, destaca professor da FGV

Importância da Rio+20 é ressaltada

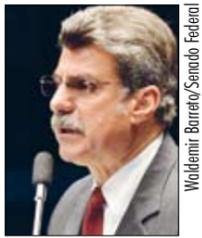
O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) citou durante o debate a importância da conferência Rio+20, sobre meio ambiente e desenvolvimento, prevista para o ano que vem. E disse identificar quatro fragilidades comuns aos países que integram o grupo dos Brics: a desigualdade social, a fragilidade política, o atraso da educação e os riscos ao meio ambiente.

Presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL) externou a convicção de que, na Rio+20, "estaremos muito próximos de um consenso que haverá de nos levar à salvação da vida no planeta". Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, manifestou sua expectativa de um fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da inclusão, em seu Conselho de Segurança, de países emergentes como Brasil, Índia e África do Sul.

Governo promete 75 mil bolsas no exterior até 2014

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem um aumento substancial na concessão de bolsas de estudos no exterior.

Segundo ele, até 2014 serão concedidas mais 75 mil bolsas. Hoje, o país tem cerca de cinco mil brasileiros estudando no exterior com bolsas financiadas pelo governo federal. Para Jucá, a iniciativa contribui para o país se tornar mais competitivo.



Waldemir Barrero/Senado Federal

Garibaldi destaca licitação para aeroporto no RN

Garibaldi Alves (PMDB-RN) anunciou a divulgação, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do edital para a construção do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN).

Segundo ele, o projeto será desenvolvido por meio de parceria público-privada e deverá servir de referência para as próximas concessões da Anac.



Waldemir Barrero/Senado Federal

Wellington: MEC pode adotar Cursinho Popular

O senador Wellington Dias (PT-PI) afirmou ontem que recebeu um pedido do Ministério da Educação para apresentar o programa Cursinho Popular, implantado em 206 municípios do Piauí e totalizando 30 mil alunos. O programa de reforço escolar consiste em preparar alunos da rede pública para concursos públicos e para o vestibular.



Ano Volpe/Senado Federal



Presidente da CRE, Fernando Collor (C) dirige audiência pública, que contou com a participação de Ubiratan Castro de Araújo (E), da Fundação Pedro Calmon; Severino Bezerra Cabral Filho, do Ibecap; Oliver Stuenkel, da FGV; e Ricardo Sennes, da USP

Debate sobre história e legislação do Parlamento

Mesa-redonda realizada ontem no auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis, debateu o processo legislativo e fatos que marcaram a história do Congresso. O encontro fez parte das comemorações pelos 185 anos do Senado e é uma parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Participaram a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra; o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro; o consultor legislativo Mozart Viana; além da primeira mulher a ocupar o cargo de secretária-geral da Mesa do Senado, Sarah Abrahão.

A atual secretária-geral, Claudia Lyra, falou sobre o Regimento Interno do Senado:

– O Regimento Interno nada

mais é do que um instrumento jurídico à serviço do Parlamento, e é uma maneira de garantir o processo democrático dentro da Casa – assinalou.

Carreiro, que foi antecessor de Claudia Lyra, destacou a importância da secretaria para

as atividades desempenhadas no Congresso Nacional e destas para a consolidação da democracia.

À tarde, o professor Octaciano Nogueira lançou o livro *O Senado Federal em Perguntas e Respostas*.



Mozart Viana, Raimundo Carreiro, Claudia Lyra e Sarah Abrahão, no debate do ILB

Sarney assiste à festa paraguaia da independência

O presidente do Senado, José Sarney, participou no sábado das comemorações dos 200 anos de independência do Paraguai. Sarney representou a presidente Dilma Rousseff, que não viajou por recomendação médica. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, também fez parte da comitiva.

As comemorações incluíram desfile aberto e almoço com autoridades e líderes internacionais, para lembrar a independência paraguaia do domínio espanhol.

Cristovam critica livros que admitem erros de gramática

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem livros didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação que admitem o ensino da língua portuguesa com erros de gramática. De acordo com o senador, o Brasil vai criar duas línguas: o português dos condomínios e dos shoppings e o português das ruas e dos campos.

– Permitir a criação de dois idiomas é quebrar o que há de mais substancial na unidade de um povo – afirmou o senador, para quem o ideal é ensinar a todos ("ao povo e à elite") o português correto.

Simon diz que Sarney deve comandar projeto

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a aprovação de uma reforma política, mas criticou alguns pontos da proposta apresentada pela comissão especial do Senado, como a instituição de lista fechada nas eleições para deputados e vereadores. Simon sugeriu que o presidente da Casa, José Sarney, tome o comando do projeto, utilizando-se de sua força política para apurar arestas.

– O presidente Sarney, como presidente do Senado e do Congresso, tem que buscar diálogo e entendimento com a outra Mesa, da Câmara, e com o Poder Executivo – disse.



Pedro Armengol, da CUT (com o senador Paulo Paim e Analba Brazão, do Cfemea): “É preciso acabar com a democracia do capitalismo, na qual só quem tem dinheiro se elege”

J. Freiry/Senado Federal



Aníbal rechaçou acusações de Veja

Aníbal defende importância da lista fechada

Aníbal Diniz (PT-AC) negou em discurso que a proposta de lista fechada defendida pelo PT seja apenas uma artimanha das lideranças da legenda com a intenção de cassar o voto dos eleitores e se perpetuar no poder, como afirma matéria na última edição da revista *Veja*.

Para o senador, as alterações nas regras eleitorais em vigor irão reforçar as ideologias dos partidos políticos. Ele disse que a adoção da lista fechada com alternância de gênero e o financiamento público de campanhas também darão mais equilíbrio à representação das mulheres no Parlamento brasileiro.



Wilson Santiago: anseio da sociedade

Santiago propõe mandato de seis anos para senador

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) apresentou proposta de emenda à Constituição para reduzir o mandato de senadores de oito para seis anos.

– A redução do mandato de senador é um pleito que vem sendo discutido pela sociedade, pois o período de oito anos para senador parece desproporcional, se comparados com os quatro anos para presidente, governador e prefeito – disse.

Pela proposta de Santiago, as eleições para o Senado passariam a ser realizadas de três em três anos, sendo mantida para o ano de 2014 a renovação de um terço dos membros da Casa.

Movimentos sociais querem espaço para participar da reforma política

CDH reúne representantes de trabalhadores e organizações não governamentais para discutir as 11 propostas da comissão especial do Senado. Não há consenso sobre as medidas, apenas a certeza de que é preciso ouvir sociedade

MOVIMENTOS SOCIAIS E entidades sindicais ainda não definiram como se posicionarão em relação a todas as 11 propostas aprovadas pela Comissão de Reforma Política que tramitam no Senado. Mas são unânimes em um ponto: querem participar do processo de mudança das regras em curso. A ideia foi apoiada pelos senadores Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO), durante debate realizado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Os debatedores convidados também argumentaram no encontro que não se pode restringir a reforma política a questões eleitorais.

– Reconhecemos a legitimidade do Congresso de fazer a reforma política, mas deve fazê-la ouvindo as organizações da sociedade – resumiu Joilson Cardoso, representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

As manifestações indicam não haver consenso sobre os temas em exame. No entanto, todos destacaram a importância

de uma reforma política para corrigir desvios no processo eleitoral, caso da influência do poder econômico nas campanhas.

Como solução para esse problema, o financiamento público foi apoiado por todos os participantes do debate.

Conforme observou Maurício Ferreira Silva, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), o modelo atual favorece grupos de maior poder econômico, o que interfere no resultado das eleições e também direciona a atuação do eleito em favor de seus financiadores.

Dojival Vieira, da agência de notícias *Afropress*, condenou “o confisco das campanhas pelo mercado”, mesma opinião de Otomar Teske, do curso de Ciência Política da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).

– Financiamento público nivela a disputa e reduz as diferenças – diz o professor.

Pedro Armengol, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmou que é preciso acabar com a “democracia do capitalismo, na qual só quem tem dinheiro se elege”.

Polêmica maior com três das 11 propostas apresentadas

Entre os temas abordados no debate, três evidenciam a diferença de opinião entre os movimentos: sistema proporcional com lista fechada, voto obrigatório e candidatura avulsa.

Para Lourenço Ferreira Prado, presidente do Fórum Social dos Trabalhadores, a adoção de lista fechada reduz a possibilidade de renovação do Legislativo e fortalece a manutenção dos “caciques políticos”.

Analba Brazão, secretária executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), entidade ligada ao Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), apoiou a proposta de lista fechada, especialmente por estar associada à alternância de homens e mulheres na relação de candidatos do partido.

Também Maurício Ferreira, da CGTB, considera que esse

modelo fortalece os partidos políticos, que são espaços legítimos de manifestação dos movimentos sociais.

– São partidos fortes que conseguem congrega todos os movimentos, seja de jovens, negros, índios ou outros – disse o líder sindical, ressaltando que a possibilidade de candidatura avulsa enfraquece os partidos e a participação organizada da sociedade.

Já os líderes indígenas Rosane Kaingang e Alvaro Tukano querem o registro de candidato sem vínculo com partidos.

A manutenção do voto obrigatório, defendida pelo senador Cristovam Buarque e por Maurício Ferreira, entre outros convidados, foi criticada por Dojival Vieira. Para o editor da agência *Afropress*, o país deve resgatar o direito do voto.

– E se é um direito, deve ser facultativo – disse.

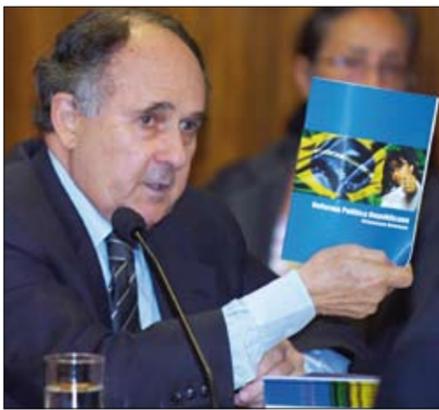
Cristovam sugere medidas “que mexam com a cultura brasileira”

Ao apresentar o documento *Reforma política republicana*, de sua autoria, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que as mudanças não podem se restringir à legislação eleitoral e precisam envolver, de fato, a população. Ele fez a apresentação da proposta durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

– Meu objetivo é provocar um debate muito mais amplo do que o que vem sendo feito – ressaltou o senador.

Para Cristovam, as discussões sobre o tema, tan-

to na comissão especial criada pelo Senado para esse fim, como nos debates realizados pela mídia, estão “muito presas”



Cristovam Buarque apresenta na CDH o documento *Reforma política republicana*, de sua autoria

ao âmbito do Legislativo e das regras eleitorais. Ele alertou para a importância de reformas também no Executivo e no Judiciário e defendeu medidas que “mexam com a cultura brasileira”.

No documento, o senador trata das questões mais debatidas, como o voto em lista preordenada de candidatos, elaborada pelos partidos; o financiamento de campanha; o horário eleitoral; a reeleição; e o uso de medidas provisórias. Mas também aborda “assuntos que muitos achariam desnecessários”. Como exemplo, citou sua proposta para

que a designação “deputado” seja substituída pela de “representante”.

Ao explicar o caráter simbólico da medida, Cristovam disse que os brasileiros, quando afirmam que “vão votar num deputado”, teriam pouca ou nenhuma motivação para esse ato.

– Mas isso muda quando se afirma que ‘eu vou votar no meu representante’.

Reiterando que tais iniciativas visam envolver a sociedade, ele destaca, no documento, que “na história do Brasil, as reformas têm sido feitas sem motivar nem despertar nossa população”. A proposta de Cristovam recebeu apoio de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.



Requião também defende redução de impostos para estimular empresas

Requião apoia elevação de salários para estimular economia

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), a receita “ortodoxa” de ser contra aumentos de salários que reponham os índices de inflação ou que acompanhem a elevação dos índices de produtividade não é a melhor forma para conter a demanda e

segurar a pressão inflacionária. Ele defendeu ontem que elevar o poder de compra do cidadão e estimular a produtividade das empresas faz bem à economia. – Por que a crise [de 2008] não bateu fundo, não ribombou no nosso Brasil? Porque os salários

e a renda dos trabalhadores e da classe média seguiram aumentando no compasso do aumento da produtividade, elevando a demanda, fazendo mover as engrenagens da produção, estabelecendo aquilo que chamamos círculo virtuoso do desenvolvi-

mento econômico – disse.

Requião mencionou sua experiência no governo do Paraná, quando baixou impostos, reduziu juros de empréstimos e fez reformas para melhorar as condições de vida da população e estimular o mercado interno.

Pinheiro pede atenção para o Grito da Terra

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) disse ontem que o Grito da Terra é uma oportunidade de aproximar o governo dos movimentos sociais. As manifestações, organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), estão marcadas para hoje, na Esplanada dos Ministérios.

– É um movimento que busca, cada vez mais, apresentar ao governo federal soluções para ir ao encontro do desejo de milhões de brasileiros que vivem no campo – afirmou.

Para o senador, os trabalhadores do campo não têm que ser tratados como pedintes. Pinheiro explicou que de nada adianta a liberação de recursos e o acesso à terra sem que os trabalhadores rurais tenham assistência técnica.

– É fundamental a reivindicação feita pelos movimentos para que a assistência técnica possa ter cada vez mais um vínculo com esses trabalhadores. Não um processo distante, ou sazonal – defendeu.



Walter Pinheiro: trabalhador do campo não deve ser tratado como pedinte

Marta sai em defesa e lê nota de Palocci em Plenário

Senadora não vê substância na denúncia da *Folha de S.Paulo*, que apontou crescimento de 20 vezes, em quatro anos, no patrimônio do ministro da Casa Civil da Presidência

A SENADORA MARTA Suplicy (PT-SP) saiu ontem em defesa do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, registrando a informação de que o presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, Sepúlveda Pertence, afirmou que não há o que apurar sobre a denúncia feita pelo jornal *Folha de S.Paulo*, que apontou um aumento de 20 vezes no patrimônio de Palocci, em quatro anos.

Pertence relatou ter sido consultado por Palocci, antes de o ministro assumir o cargo, sobre sua empresa de consultoria, chamada Projeto. Para Pertence, a comissão só seria obrigada a investigar se houvesse uma denúncia formal quanto à veracidade



Marta destaca postura da Comissão de Ética Pública: não há denúncia a apurar

das declarações apresentadas por Palocci.

Marta Suplicy também leu nota do próprio Palocci, em que explica sua evolução patrimonial. Segundo ele, a empresa Projeto prestou consultoria econômico-financeira de 2006 a

2010, quando mudou de ramo de atividades e alterou seu contrato social. Hoje se ocupa exclusivamente da administração de seus dois imóveis em São Paulo. Um deles é o apartamento de R\$ 6,6 milhões, onde o ministro afirma que não mora.

Eduardo Suplicy manifesta apoio ao ministro Antonio Palocci

Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou Antonio Palocci, frente à denúncia feita pelo jornal *Folha de S.Paulo*, que apontou aumento de 20 vezes no patrimônio do ministro da Casa Civil, nos últimos quatro anos.

– Considero que ele sempre teve uma atuação muito retilínea e séria. E vem dando uma contribuição muito importante ao longo de sua vida pública – afirmou o senador.

O parlamentar mencionou nota emitida pela Casa Civil, lida anteriormente pela senadora Marta Suplicy, que declara que a evolução patrimonial de Palocci consta da declaração de renda e deriva de atividade de consultoria anterior à posse como ministro do governo Dilma Rousseff.

Suplicy também lembrou que a Comissão de Ética Pública da Presidência da República deci-



“Palocci sempre teve uma atuação retilínea e séria”, afirma o senador

diu não analisar o crescimento do patrimônio de Palocci, que, de R\$ 375 mil em 2006, chegou a R\$ 7,5 milhões em 2010.



Senador pede nova ampliação do prazo para os restos a pagar

Cícero Lucena apela ao governo por municípios

Cícero Lucena (PSDB-PB) destacou em pronunciamento ontem os problemas financeiros dos municípios e pediu à equipe econômica do governo federal a prorrogação do prazo dos restos a pagar da União, atualmente com vencimento em 30 de junho. Citando seu estado, Lucena lembrou que, para a maioria dos municípios, a única fonte de investimento é a eventual possibilidade de uma emenda parlamentar.

Os restos a pagar se referem a compromissos pendentes do governo federal que passam de um ano para o seguinte e geralmente têm como origem as emendas parlamentares. O governo pretendia cancelar o pagamento dos restos a pagar referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009 no dia 30 de abril, mas acabou adiando o prazo.

O senador relatou que dezenas de prefeitos o procuraram com a mesma preocupação: se o prazo não for ampliado novamente, R\$ 1,3 bilhão em repasses será cancelado até junho.

Vital propõe ampla reforma do sistema de saúde pública

O sistema de saúde pública do Brasil precisa ser amplamente reformulado, afirmou ontem o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Em sua avaliação, o artigo 196 da Constituição, que define a saúde pública como “direito de todos e dever do

Estado”, não é aplicado como deveria ser.

– O sistema de saúde, em que faltam recursos e investimentos, mão de obra e infraestrutura adequada, necessita de uma grande e profunda reforma – disse o senador.

Com base em dados do IBGE, Vital do Rêgo concluiu que o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é regionalmente desigual. Dos 431 mil leitos hospitalares públicos e privados, explicou o senador, 54% estão na região Sudeste,

ficando a região Nordeste com apenas 19%.

– O que tem se visto no Brasil é a manutenção do fosso que separa pobres e ricos no que diz respeito ao atendimento de saúde – avaliou o parlamentar.



Vital do Rêgo: fosso que separa ricos e pobres tem sido mantido na saúde

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Roberto Requião • Aníbal Diniz • Wilson Santiago • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

* Licenciado por 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.

“Virei brasileiro lendo o jornal”, afirma Cristovam

Ao destacar a importância da imprensa escrita no processo educativo e de formação política dos cidadãos, Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou o papel que o *JB* desempenhou em sua vida.

– Eu aprendi a ler no *Jornal do Commercio* e no *Diário de Pernambuco*, mas eu virei brasileiro lendo o *Jornal do Brasil*, que meu pai comprava (e não era um homem de posses, só tinha até a quarta série primária) e nós líamos em casa, tanto eu como meus irmãos e minhas irmãs.

Cristovam citou articulistas do *JB* e seu fascínio pelo Caderno de Cultura do jornal.

Alvaro aponta modernidade e inovação

Para o líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), o *Jornal do Brasil* é um exemplo histórico de inovação e modernidade.

– O *Jornal do Brasil* foi inovador desde os seus primórdios e escreveu uma das mais luminosas trajetórias no país – afirmou.

Como exemplo, Alvaro Dias citou a participação de correspondentes internacionais desde o início da circulação do jornal e o fato de o *JB* ter sido o “primeiro jornal 100% digital do país”, lembrando que, em 2010, o periódico encerrou a circulação da edição impressa e passou a ter apenas uma versão na internet.

Wilson Santiago vê postura independente

Ao abrir a sessão, Wilson Santiago (PMDB-PB) disse que a credibilidade do jornal deriva de um “capital imaterial” que soube consolidar ao longo de sua história, baseado em postura independente, liberal e crítica.

O senador observou que “nem só de sucesso tem vivido o mais que centenário periódico”, acrescentando que várias crises econômicas vitimaram o jornal, e sua “fase de ouro”, entre os anos 1950 e 1980, já não perdura nos dias atuais.

– Porém, não é impossível que o *JB* retome o antigo vigor, pois a sua história está repleta de recuperações.

Senadores reverenciam os 120 anos do *Jornal do Brasil*

Os 120 anos de fundação do *Jornal do Brasil* foram lembrados ontem em sessão especial no Plenário, por sugestão do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Os discursos destacaram várias das qualidades que fizeram do diário carioca uma referência nacional de isenção e credibilidade. Das inovações gráficas

e editoriais que arejaram a imprensa brasileira à decisão de se tornar um jornal exclusivamente *on-line*, passando pelas notáveis equipes de articulistas e colaboradores, entre os quais se incluem Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco e, mais recentemente, Carlos Drummond de Andrade e Carlos Castello Branco.



Pedro Simon discursa na sessão especial, em que a tônica dos discursos foi a reverência à coragem do *JB* contra a ditadura

Crivella destaca destemor e avanços editoriais

A ousadia no enfrentamento aos “donos conjunturais do poder” e as inovações editoriais e na estrutura empresarial foram marcas deixadas pelo *Jornal do Brasil*, disse o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Entre as ações de destaque do *JB*, o senador citou a posição crítica frente ao regime militar de 1964.

– O compromisso do *JB* com a verdade não foi abalado. O jornal se viu compelido a arrostar os grilhões da censura, sob pena de ter seu nome maculado para sempre na memória política do país – disse Crivella, que propôs

a homenagem de ontem.

O senador destacou ainda, desde seu início, o esforço do *JB* para contar em suas páginas com “colaboradores notáveis”, do Barão do Rio Branco a Joaquim Nabuco, além de escritores renomados, como o poeta Carlos Drummond de Andrade. Do ponto de vista gráfico e editorial, ele ressaltou a revolução ocorrida nos anos 1950.

– A redação jornalística foi transformada em laboratório industrial de produção de notícias sérias, profundas, confiáveis e bem escritas, focado em um

público urbano, política e intelectualmente mais preparado – comentou.

Entre os avanços que notabilizaram o *JB*, Crivella citou o pioneirismo na criação de um departamento de pesquisa e na organização de um caderno específico de classificados.

O senador também disse que o *JB* ocupou “colossal liderança no coração dos cariocas” e influenciou de forma marcante sua própria vida. Crivella contou que, nas páginas do jornal, encontrou seu primeiro emprego, aos 14 anos.

Simon elogia decisão de optar pela versão *on-line*

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o pioneirismo do *JB* ao decidir manter apenas a versão *on-line* e extinguir a impressa, tornando-se “o primeiro jornal 100% digital do Brasil”. Embora reconheça que a internet desempenha melhor a função jornalística nos dias atuais, o senador disse sentir saudade do jornal de papel. Para ele, as duas formas podem coexistir.

Simon afirmou, durante a homenagem, que poucos órgãos da imprensa chegam a mais de um século de existência com o

prestígio do *Jornal do Brasil*.

– Muito poucas entidades do setor da imprensa chegam a uma idade com o prestígio do *Jornal do Brasil*. Importante é que ele chega nessa idade com a mesma credibilidade, como uma entidade que impõe o respeito e a admiração do Brasil e do mundo. E olha que a imprensa no Brasil não tem uma história tão grande e tão profunda, com grandes nomes e com grandes destaques – observou.

O senador destacou ainda a atuação de antigos colonistas do jornal, como Barbosa

Lima Sobrinho e Carlos Castello Branco, o Castelinho, e elogiou os quadros atuais do *JB*, como Mauro Santayana, Wilson Figueiredo, Villas-Bôas Corrêa e Leandro Mazzini.

Simon lembrou também que o *JB* foi o primeiro jornal a promover uma reforma gráfica e editorial que modernizou o jornalismo nacional, servindo de exemplo, “com sua então inédita maneira de apresentar a notícia, adotando a forma direta na escrita, utilizando espaços em branco e destaque para as fotografias”.

Lindbergh Farias prevê volta à edição impressa

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) previu ontem que o *JB*, que desde 2010 só circula pela internet, “vai voltar muito mais forte, porque tem um patrimônio fantástico e se confunde verdadeiramente com a história desse país”. Lindbergh, hoje com 41 anos, lembrou que, aos 14, quando começou a participar dos movimentos estudantis, via no *JB* um veículo independente, com posição de resistência à ditadura militar. Para o senador, os profissionais que estão no jornal atualmente vão entrar para a história como os que “seguraram uma travessia num momento difícil”.

Marca do diário é sua ousadia, diz Walter Pinheiro

A grande marca do *JB* é sua ousadia editorial, disse Walter Pinheiro (PT-BA). Para o senador, o diário foi revolucionário e, ao se colocar na linha de frente na luta contra a ditadura militar e denunciar abusos de poder, “cumprira esse papel fundamental, assumindo uma posição com a verdade”.

O senador destacou que, apesar de se tratar de um jornal criado no Rio de Janeiro, o *JB* ganhou caráter nacional, por não desprezar o que ocorria em cada canto do país.

– O *JB* estabeleceu a oportunidade de viajar pelo jornal sabendo de cor e salteado onde procurar.

Independência desde o início, lembra Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que a posição de independência nos momentos mais difíceis da história é o que mais o impressiona na trajetória de 120 anos do *JB*. O senador citou um episódio que marcou o jornal em seu início: a publicação do manifesto da Revolta da Armada, de Custódio de Melo, em 1893.

Por conta desse ato de independência, o então presidente Floriano Peixoto mandou “caçar” o redator-chefe do jornal, Ruy Barbosa, “vivo ou morto”, lembrou Randolfe. A represália do governo manteve o *JB* fechado por mais de um ano.

Dornelles ressalta que *JB* sempre se pautou contra os abusos do poder

Em discurso na tarde de ontem, Francisco Dornelles (PP-RJ) também homenageou os 120 anos de criação do *Jornal do Brasil*. O senador lembrou a história do veículo, destacando o ano de 1958, quando o jornal fez uma reforma gráfica. E relatou fatos da época como o primeiro título mundial da seleção brasileira de futebol, o começo da bossa-nova, o fortalecimento

da indústria automobilística nacional e a construção de Brasília.

– Era um tempo de renovação da imprensa e coube ao *JB* mostrar aos demais jornais os rumos da contemporaneidade – disse, acrescentando que o *JB* tem gosto pelos valores democráticos e pelas causas populares e sempre se pautou pela resistência “contra os abusos do poder”.

Presidente explica que mudança ampliou horizontes e segue tendência moderna

A presidente do *JB*, Ângela Moreira, disse que a criação do *JB on-line*, em 1995, e a edição apenas pela internet, a partir de 2010, deveriam-se à nova forma de comunicação no mundo, que não é mais feita de “um para muitos, mas de muitos para muitos”.

– Decidimos transferir a edição diária para uma escala jamais sonhada pela

imprensa, graças aos fabulosos recursos oferecidos pela internet. Sendo assim, incorporamos o axioma do celular: em qualquer hora, a qualquer pessoa, em qualquer lugar – disse Ângela, para quem o *JB* continuará sendo uma referência de veracidade da informação e isenção na forma de se fazer jornalismo.

Mais letal que o crack, oxi já é nova ameaça

O consumo do oxi, droga cujo poder de destruição é considerado maior que o do crack, foi tema de discurso de Aníbal Diniz (PT-AC). Segundo o jornal *O Globo*, o oxi veio da Bolívia e do Peru e entrou no país pelo Acre, a partir dos municípios de Brasília e Epitaciolândia, e pode ser encontrado em vários pontos de Rio Branco e em pequenos municípios.

– Não podemos aceitar, enquanto representantes de um estado pequeno como é o Acre, que a pecha de facilitação para o tráfico e para o consumo de drogas aconteça na comunidade – protestou Aníbal Diniz.

Há relatos de viciados em oxi também em Rondônia, Amazonas, Piauí, Pará, Goiás e Distrito Federal.

Como o crack, o oxi é uma pedra, só que branca, e é fumado num cachimbo. É mais barato (custa metade do preço) e vicia e mata mais rápido. A fumaça vai para dentro dos pulmões, de onde cai na corrente sanguínea. O efeito chega ao cérebro mais rapidamente, é mais intenso e menos duradouro (pouco mais que cinco minutos), o que aumenta o risco de viciar, pois leva o usuário a querer outra dose pouco tempo depois.

Quando não leva à morte súbita (por coma, parada respiratória ou cardíaca), o oxi provoca convulsão e, em poucas semanas, lesões no cérebro, no fígado, doenças cardíacas, respiratórias e do sistema renal, perda de peso, diarreia, vômitos etc.

Senado reforça a luta contra o uso do crack

Uma das principais constatações dos participantes de debates realizados em subcomissão é que faltam dados oficiais sobre o número de vítimas no país

A FALTA DE dados oficiais sobre o número de vítimas de drogas no país foi uma das constatações dos participantes dos debates realizados na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outros, criada este ano pelo Senado.

O problema foi detectado também pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que vem reunindo informações junto às prefeituras para implantar um observatório permanente sobre o crack e outros entorpecentes. Segundo a CNM, em mais de 3.800 municípios há graves

problemas de segurança, saúde e assistência social decorrentes do consumo do crack. A confederação estima que o consumo da droga levará mais de 300 mil pessoas à morte nos próximos seis anos.

– Os municípios podem contribuir muito para enfrentar essa realidade. O *Observatório* será o principal canal de comunicação entre os cidadãos a respeito do crack; queremos ampliar os debates em busca de soluções – afirma o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski. Ele destaca que são os municípios

que enfrentam os efeitos da droga e sofrem com a falta de políticas de prevenção.

Em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre o papel dos meios de comunicação social no combate às drogas e à violência na escola, a secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, anunciou que o ministério vai divulgar no final do mês “o primeiro estudo amplo e aprofundado sobre a realidade do crack no Brasil, feito em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)”.

Comunidades terapêuticas são alternativa

Nos debates já realizados pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outros, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as comunidades terapêuticas foram muito citadas.

A secretária de Assistência Social e Trabalho de Ponta Porã (MS), Doralice Alcântara, citou levantamento feito em 2006 pelo governo federal, Universidade de Brasília (UnB) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no qual se verificou que quase 80% dos tratamentos de dependência são feitos por essas comunidades.

Doralice explicou que a maioria delas ainda não consegue se adequar às normas exigidas pela Resolução 101/01, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e por isso tem dificuldade em obter recursos da União.

– Como não conseguem o financiamento, não fazem a adequação. Torna-se um ciclo. É necessário um período de transição – argumentou.

Paulina Duarte, do Ministério da Justiça, lembrou que muitas dessas comunidades “recebem há muito tempo algum suporte por parte dos municípios, apesar de isso ser insuficiente”. Segundo Paulina, a maioria das comunidades terapêuticas foi criada “com boa vontade”, mas sem uma estrutura adequada.

Foi ressaltada ainda a necessidade de reinserção social, com a criação de oportunidades de estudo e trabalho para os indivíduos em tratamento.

Cidade gaúcha tem experiência pioneira

O estudo da CNM mostrou que o crack já está em quase todos os municípios. Mas o caso de Cachoeirinha (RS) chamou a atenção não só pela implantação da Comunidade Terapêutica Pública Reviver

(um projeto pioneiro no país) mas também pela história do prefeito Luiz Vicente Pires. Ex-viciado em drogas, inclusive crack, ele conseguiu deixar o vício e agora prioriza em seu governo ações contra a depen-

dência química.

A comunidade tem oficinas de padaria, confeitaria, plantação de hortifrutigranjeiros e produção de fraldas geriátricas e pediátricas. Toda a estrutura foi montada com o apoio da sociedade civil, afirma Pires.

De acordo com os relatos do hoje prefeito, envolvido com drogas dos 16 aos 33 anos, após nove meses de internação em uma comunidade terapêutica, ele conseguiu concluir o processo de reabilitação e ressocialização. Recuperado, Pires passou a contar sua experiência com as drogas.

– Comecei com palestras e reuniões em grupos – conta.

Com essa iniciativa, passou a ser conhecido na cidade e foi galgando cargos públicos até a sua candidatura a prefeito.



Prefeito de Cachoeirinha (RS), Luiz Vicente Pires, ex-dependente químico, apresenta a autoridades locais instalações da CTP Reviver

Projetos buscam penas mais rigorosas

■ PLS 187/09, do ex-senador Sérgio Zambiasi

Determina como causa de aumento de pena a hipótese de tráfico de drogas cujos efeitos sejam mais graves para a saúde, como o crack. Já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

■ PLS 111/10, de Demóstenes Torres (DEM-GO)

Prevê pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado. Está na CAS e depois segue para a CCJ, em decisão terminativa.

■ PLS 287/07, de Valdir Raupp (PMDB-RO)

Estabelece pena mais rigorosa para o traficante considerado primário. Está na CCJ, para decisão terminativa.

■ PLS 252/06, de Demóstenes Torres (DEM-GO)

Prevê pena de detenção no caso de descumprimento injustificado das medidas educativas aplicáveis ao uso indevido de drogas e pune mais severamente o plantio de entorpecentes destinado a consumo pessoal. Na CCJ, para decisão terminativa.

■ PLS 183/10, de Magno Malta (PR-ES)

Determina que as emissoras públicas de radiodifusão destinem cinco minutos de suas programações diárias, nos eventos relacionados às artes marciais, para divulgar informações sobre os malefícios do uso de drogas, políticas de combate ao uso e dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico. Já aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), aguarda decisão terminativa na CAS.

Portal traça diagnóstico sobre consumo e circulação da droga

A CNM lançou no dia 26 de abril o *Observatório do Crack*, um portal de informações sobre o consumo e a circulação da droga nos municípios. A apresentação oficial ocorreu no dia 10 de maio, durante a 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Os dados estão sendo fornecidos pelas próprias prefeituras.

Ao anunciar o lançamento do portal e pedir a participação dos municípios na divisão do fundo que o Rio Grande do Sul administra para criar um sistema estadual de políticas públicas sobre drogas, a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) disse que “é ali, na porta do prefeito ou da câmara de vereadores que as pessoas vítimas da droga batem em busca de socorro”.

O *Observatório* tem como objetivo a troca de experiências entre municípios sobre as necessidades e as soluções para combater o tráfico de drogas: as políticas locais de

enfrentamento, as estruturas assistenciais, os programas, as iniciativas inovadoras, o financiamento e as experiências bem-sucedidas.

Paulo Ziulkoski explica que, com essa troca, pretende-se estabelecer uma rede de enfrentamento às drogas com os municípios de fronteira. O presidente da CNM esclarece que o *Observatório* foi criado também para viabilizar o diagnóstico e o acompanhamento das ações desenvolvidas. “Com os dados sobre a circulação e consumo da droga, será possível orientar a gestão municipal e a tomada de decisões”, disse.

O portal dispõe de informações completas da pesquisa realizada pela CNM em 2010 – *Mapeamento do Crack nos Municípios Brasileiros*. As informações serão inseridas e atualizadas periodicamente pela equipe municipal, que tem acesso livre às informações e fica responsável por elas.

Saiba mais

Confederação Nacional dos Municípios – Observatório do Crack

Telefone: (61) 2101-6000
www.cnm.org.br/crack

Estudo da Polícia Federal apresentado em audiência no Senado:

<http://migre.me/4yCf5>

Polícia Federal – Coordenação-geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes

Telefone: (61) 2024-8300
www.dpf.gov.br

Ministério da Saúde

Disque Saúde: 0800 61 1997
www.saude.gov.br

